

Empresários estão otimistas

■ Governo Itamar consegue apoio com proposta de retomada econômica e ajuste

NILTON HORITA

SÃO PAULO — Empresários e banqueiros estão vivendo uma lua-de-mel com o presidente Itamar Franco. Ele ouviram o que queriam: o novo governo tem como prioridade acabar com o ciclo de três anos de recessão, promover o ajuste fiscal através de um acordo político e, assim, conseguir reduzir a inflação até patamares de 13% em dezembro de 1993. O mais importante, segundo Roberto Teixeira da Costa, presidente da Brasilpar Serviços Financeiros e conselheiro de uma dúzia de grandes empresas brasileiras, é que a mensagem do novo governo é não fazer nada “desbaratado” e seguir na linha de prestígio às instituições.

“O problema básico do Brasil é político e a conjugação política em que o presidente Itamar Franco tomou posse deixou as pessoas mais animadas”, afirma. “Afinal, nossos economistas são tão bons como em outros países e não somos débeis mentais. O que faltava era um acordo político.” O novo governo voltou, segundo analistas, à situação brasileira de 17 de maio do ano passado, quando a estratégia de política econômica era conseguir a aprovação do ajuste

Gilberto Alves — 16/8/90

fiscal no Congresso, feito impossível pelo estilo e postura do ex-presidente Fernando Collor. Adicionou a esse objetivo o discurso de que o governo quer abrandar os rigores da recessão vivida pelo país desde 1990.

Segundo Luiz Antônio Gonçalves, presidente do Banco Cindam e ex-secretário executivo do Ministério da Economia, o Brasil perdeu oito meses discutindo questões morais e políticas para criar um ambiente de mais otimismo: “Desta vez, o presidente Itamar Franco tem chances de conseguir maioria no Congresso, pois foi o Congresso o responsável de sua posse. O ambiente político está muito melhor.” O otimismo atual, de acordo com analistas, é o retrato de uma sociedade que não tem o espírito protestante de achar que o sacrifício presente representa um futuro melhor para todos.

“O novo governo busca o consenso em si mesmo”, avalia Luiz Eduardo Assis, chefe do Departamento Econômico do Citibank e ex-diretor do Banco Central. “O ex-presidente Collor adotava um estilo equivocado de democracia direta: eu faço e o Congresso que me apóie. Já o presidente Itamar, procura a receita junto

J.C. Brasil — 4/6/91

com as instituições. E parece, pela reação da sociedade, que a inflação não é a bola da vez.” Pesquisa realizada por uma empresa paulista, a Interscience, revelou recentemente que a inflação não está na preocupação prioritária das pessoas, mas sim o desemprego, os juros e a queda da atividade econômica. Postura correta ou não, os números revelam que todo mundo quer que o país volte a crescer.

“Ele falou o que todos queriam ouvir”, admite David Gottlieb, diretor financeiro do Banco Francês e Brasileiro (BFB). “É ter um país em crescimento, com menos pobreza e juros menores. Se a inflação for levemente declinante, não é tão ruim assim.” Segundo Gottlieb, a expectativa fica mais otimista com a possibilidade real de, pela primeira vez desde o governo de José Sarney, haver uma conjuntura política mais tranqüila. “Político é que nem financista. Traz a valor presente o ganho político futuro do apoio concedido hoje e, neste sentido, as chances são boas”, compara.

Os agentes econômicos também se sentem mais confortáveis porque o estilo mineiro do presidente Itamar Franco não combina com a postura

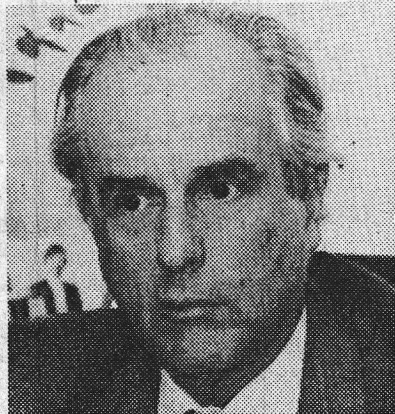
de seus antecessor. “O ex-presidente Collor era voluntarista e gostava de assumir riscos, já o presidente Itamar procura o diálogo a princípio”, afirma Assis. É opinião unânime de que todos os economistas brasileiros que chegam ao poder encontram dificuldades na área política para implementar os ajustes necessários. “E no ano passado ficou claro que a classe política ganhou degraus de qualidade e por isso entendo que estamos mais perto de um acordo”, prevê Alvaro Augusto Vidigal, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

Ninguém é ingênuo de imaginar que as coisas estão resolvidas. Falar é fácil, pois quando chegar a hora de um político abrir mão de um incentivo fiscal aqui e outro ali, as coisas se complicam, mas é inegável que as possibilidades agora são muito mais amplas”, acrescenta Vidigal. “A sociedade está de olho e vai cobrar os procedimentos do Congresso.” Com a experiência de quem já esteve lá, Luiz Antônio Gonçalves é realista: “Os interesses dos grupos políticos são muito distantes; o Congresso pode respaldar algumas atitudes e outras não.

Wilson Pedrosa — 27/7/89



Assis: recessão é dolorosa



Teixeira: é fogo de palha



Gonçalves: inflação contida